

Posição delicada

10 JUL 1967

A posição do governo é extremamente delicada. Ele está sendo pressionado em todos os sentidos e não pode deixar de tomar decisões e estas, naturalmente, não podem satisfazer a todos os setores. De um lado, os empresários, por seus representantes qualificados, se inquietam com os trabalhos da Constituinte. De outro, os assalariados sentem que seus rendimentos diminuem e manifestam a dificuldade de sobreviver com os atuais níveis salariais.

Com uma rede de unidades produtivas muito heterogênea, tanto do ponto de vista de tecnologia como também de rentabilidade, os empresários pensam que certas deliberações da Constituinte — que são provisórias, diga-se de passagem — podem vir a determinar uma crise empresarial de consequências econômicas funestas. Trata-se, mais especificamente, de deliberações adotadas nas comissões sobre a estabilidade no emprego e o número de horas de trabalho semanal. Dizem que caso estas medidas se efetivem, inúmeras empresas se tornarão inexequíveis economicamente.

Paralelamente a esta inquietude do empresa-

riado se manifesta também um descontentamento crescente dos trabalhadores, que afirmam ter sofrido grandes perdas salariais e que o atual salário mínimo é irrisório, insuficiente para sustentar uma família, nem mesmo em padrões dos mais baixos.

O presidente José Sarney, que assumiu os compromissos sociais da Aliança Democrática, não pode deixar de ouvir com preocupação estas reivindicações. Os problemas que enfrenta em nível macroeconômico já não são pequenos e todos lhe cobram a promessa de diminuir o déficit público, uma das fontes principais do processo inflacionário que nos atormenta. Sua posição não é fácil e a margem de manobra que possui é inegavelmente estreita.

A situação é tal que o problema não é de competência ou não de seus auxiliares. A questão é que lhe pedem medidas contraditórias e ele não pode multiplicar milagrosamente os recursos disponíveis. Como político ele se encontra diante de uma situação bastante conflituosa. Tem de optar.

Antes mesmo da apresentação das metas de seu governo, antes mesmo

do anúncio de seu plano macroeconômico, o Presidente fez anunciar uma meta de cunho social. Até o fim de seu governo pretende elevar o salário mínimo a cem dólares.

Cem dólares é pouco, muito pouco, menos da metade do que reivindicam os líderes sindicais. Entretanto, aumentar para cem dólares o salário mínimo, num prazo curto, é muito, é mais que dobrar seu valor real de hoje em dia.

Ao anunciar esta determinação, o Presidente naturalmente fez uma escolha: optou pelo social, sendo fiel aos compromissos que juntamente com Tancredo Neves assumiu na campanha eleitoral. É claro que assim fazendo acumula também dificuldades para seu governo.

O presidente Sarney se encontra numa situação em que suas possibilidades de ação são limitadas pela crise e pela necessidade imperiosa de uma política de economia e sacrifícios. Entretanto, tem diante de si um quadro social que não pode continuar. O imobilismo neste domínio pode acumular problemas tão graves que, amanhã, só poderiam ser solucionados por vias indesejáveis.